

Os “inimigos da pátria”: repressão e luta dos trabalhadores do Sindicato dos Químicos de São Paulo (1964-1979)

The “enemies of the country”: State Repression and Workers’ struggle in the Chemical Workers Trade Union of São Paulo (1964-1979)

Larissa Rosa Corrêa*

RESUMO

O artigo tem como objetivo analisar o papel do Sindicato dos Químicos de São Paulo e sua relação com a categoria durante o regime civil-militar. Dessa forma, procura-se compreender o impacto do golpe e as mudanças provocadas no movimento sindical após o processo de intervenção estatal. Por meio da análise da trajetória do Químicos, considerado atualmente uma das entidades trabalhistas mais importantes do país, observam-se os mecanismos utilizados pelos governos autoritários para controlar a entidade sindical, bem como a atuação das diretorias conhecidas como “pelegas” e o movimento de luta e de resistência dos trabalhadores para reocupar a entidade.

Palavras-chave: movimento sindical; trabalhadores químicos; Ditadura civil-militar.

ABSTRACT

The article aims to analyze the role of the Chemical Workers Trade Union of São Paulo and its relations with the rank-and-file during the Civil-Military Dictatorship. It seeks to understand the impact of the coup d’état in 1964 as well as the changes in the labour movement. The trajectory of the Chemical Workers Trade Union, which is considered one of the most important in the country, enables an investigation of the strategies used by the authoritarian regime to control labour organizations. It also allows an examination of the role of trade unionists called “pelegos”, as well as the workers’ struggle to resist and to reclaim the trade union again.

Keywords: labour movement; chemical workers; Civil-Military dictatorship.

Fundado em 1933, o Sindicato dos Trabalhadores Químicos de São Paulo tornou-se, ao longo da década de 1950 e da primeira metade da seguinte, uma das principais entidades de trabalhadores da cidade. Nesse período,

* Pós-doutoranda na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Departamento de História. Bolsista Faperj. larissarosacorrea@hotmail.com.

caracterizado pela forte ascensão do movimento sindical no cenário político do país, o Sindicato passou a ser dirigido por militantes comunistas e nacionalistas. Embalados pelas palavras de ordem “a cobra vai fumar”, expressão utilizada pelos pracinhas – soldados brasileiros da Força Expedicionária Brasileira que lutaram na Segunda Guerra Mundial –, o Sindicato obteve vitórias importantes. Entre as principais conquistas destacam-se o aumento considerável do número de trabalhadores sindicalizados, a realização de centenas de atividades recreativas e educacionais, além da organização de campanhas salariais, greves e protestos. Grande parte dessas ações ocorreram sob o comando de Adelço de Almeida, um dos primeiros negros eleito presidente de um sindicato na capital paulista até aquele período.¹

No auge da intensa e crescente mobilização do movimento sindical ocorrida durante o governo de João Goulart (1961-1964), o Sindicato dos Químicos foi monitorado constantemente pela polícia política de São Paulo (Deops), que o considerava um “centro de atividades comunistas”. Contudo, a desmobilização da categoria veio logo em seguida ao golpe civil-militar.² Com o marechal Castello Branco na Presidência da República (1964-1967) e a ascensão de civis conservadores ao poder, iniciou-se uma verdadeira caçada aos apoiadores de Goulart. Muitos dirigentes, advogados sindicais e trabalhadores ligados às organizações de esquerda foram presos, outros fugiram à espera de dias melhores. Era o início de um período longo, que se estenderia pelas duas décadas seguintes, marcado pela repressão policial e pela exploração da classe trabalhadora.

Todavia, apesar de o movimento sindical ter sido alvo de uma política de repressão e de controle sistemático durante todo o período ditatorial, ainda conhecemos pouco sobre as intervenções realizadas nos principais sindicatos de todo o país, processo iniciado logo após a queda de João Goulart. Nesse sentido, ao tomar a trajetória do Sindicato dos Químicos de São Paulo como um estudo de caso, este artigo busca contribuir para uma compreensão mais ampla das relações entre o movimento sindical e a ditadura civil-militar. Entre outras questões, serão analisadas a reação dos dirigentes sindicais ao golpe, além dos mecanismos de repressão utilizados pelo Estado para controlar a entidade sindical e desmobilizar a categoria, com ênfase no papel dos trabalhadores que se envolveram na luta armada, como foi o caso do trabalhador químico Virgílio Gomes da Silva. Ademais, será observada a atuação das diretorias conhecidas como “pelegas”, bem como o movimento de luta e de resistência dos trabalhadores para conquistar melhores condições de trabalho e

recuperar a liderança da entidade sindical por meio da organização da Oposição Sindical dos Químicos.

As questões tratadas neste artigo tiveram como base o roteiro de perguntas elaborado pelo Grupo de Trabalho (GT) “Ditadura e Repressão aos Trabalhadores e ao Movimento Sindical” da Comissão Nacional da Verdade (CNV). O grupo, não por acaso o último a ser constituído pela CNV, em abril de 2013, conta com o apoio de todas as centrais sindicais brasileiras, além da Comissão Estadual da Verdade de São Paulo – Rubens Paiva. Nesse sentido, este artigo não somente toma de empréstimo algumas questões levantadas pelo GT, mas também tem o objetivo de contribuir com algumas respostas.³

O fato de o GT “Ditadura e Repressão aos Trabalhadores e ao Movimento Sindical” ter sido o último grupo constituído, aprovado somente após forte pressão das centrais sindicais, indica a pouca atenção dada ao movimento dos trabalhadores nos estudos mais recentes sobre a Ditadura Civil-Militar. Ainda hoje, a maior parte da bibliografia que versa sobre esse período é marcada pelos estudos da memória e história do movimento estudantil, das ações de luta armada, das mudanças na economia e nas políticas sociais, militares e comunismo, entre outros temas.⁴ Da mesma forma, ainda são poucas as publicações sobre a atuação do movimento sindical após o golpe, sobretudo no tocante às conjunturas de 1964 a 1977.⁵ Tal constatação pode ser explicada, em parte, pelo fato de muitos pesquisadores, no início dos anos 1980, terem sido atraídos pelas grandes mobilizações da classe trabalhadora eclodidas no período de distensão do regime civil-militar.⁶ Ademais, a maior parte dos estudos realizados no final da década de 1970 e durante a década seguinte dedicados a analisar o movimento sindical na Ditadura enfatizou o controle estatal e a manipulação/cooptação dos trabalhadores (Troyano, 1978; Costa, 1986). Nesse sentido, observa-se a carência de estudos que se dediquem a compreender o papel dos dirigentes sindicais, incluindo os chamados “pelegos”, a partir das suas relações com os trabalhadores.

O IMPACTO DO GOLPE NO MOVIMENTO SINDICAL

Após a deflagração do golpe, toda a diretoria do Sindicato dos Químicos foi cassada. O mesmo aconteceu na Federação dos Trabalhadores Químicos de São Paulo. Floriano Dezem e Adelço de Almeida, ambos militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB), assim como os seus colegas da diretoria do Sindicato, passaram a ser procurados pela polícia.⁷ Dias depois do golpe, um inquérito policial foi criado pela Justiça Militar para investigar os supostos

“atos subversivos” cometidos pelos sindicalistas do ramo químico. Entre os indiciados estavam: Fidelcino Queiróz dos Santos, Gabriel Alves Viana, José Ferreira da Silva, Virgílio Gomes da Silva, Floriano Dezem, Adelço de Almeida e Manoel Mantonhani. A maioria deles contava pouco mais de 40 anos de idade, Virgílio era o mais novo, na época com 32 anos.⁸

No inquérito policial, o Sindicato dos Químicos foi descrito como “uma verdadeira célula comunista agindo por todos os meios e a todo vapor pela comunicação do operariado bandeirante, pela conspiração contra a Constituição, pela derrubada do governo e pela tomada deste pelos asseclas de Moscou e Pequim”. Militantes da categoria eram acusados de estar envolvidos no projeto que almejava implantar a chamada “República Sindicalista” no Brasil. Os dirigentes, considerados “inimigos da Pátria”, foram acusados de ter aberto as portas do Sindicato para “pessoas de suas relações e de absoluta confiança”, que seriam desconhecidas dos trabalhadores, mas ligadas ao PCB. O objetivo, alegava a polícia política, era fazer da entidade dos trabalhadores um instrumento do Partido para exercer a “inglória tarefa conspiratória, visando entregar o país ao domínio de uma potência estrangeira, cuja política atenta contra as liberdades individuais, explorando e escravizando o homem”.

A diligência realizada na sede do Sindicato teria encontrado uma “abundância de provas” de que os dirigentes, classificados como “elementos altamente perigosos à ordem social”, agiam a serviço dos interesses comunistas. Em tom fortemente dramático, o inquérito policial acusava a diretoria do Sindicato de ter desviado as contribuições dos trabalhadores para aplicá-las em “atos de subversão”. Para os relatores do processo, os dirigentes, ao agirem como se fossem verdadeiros “donos” do Sindicato, manipulavam o “dinheiro operário, ganho com suor, sangue, sacrifício e lágrimas, porém de forma honesta e decente”. Para a polícia política, o material apreendido na sede da entidade e a sindicância realizada pela Delegacia Regional do Trabalho de São Paulo (DRT) comprovavam tais acusações. Todos os dirigentes indiciados no inquérito tiveram o pedido de prisão preventiva decretado.

Com a cassação da diretoria, velhos “pelegos” conhecidos da categoria química voltaram. Reynaldo dos Santos e Luiz Gonzaga Braga, interventores em 1947, assumiram novamente a condução do Sindicato dos Químicos. Eles acusaram a diretoria deposta de ter cometido crimes de má administração, corrupção e dilapidação do patrimônio da entidade. Alegaram, mais especificamente, que os dirigentes haviam roubado cerca de 9 milhões de cruzeiros. Parte dessa quantia, delataram, teria sido gasta em atividades julgadas “estranhas às atividades sindicais”, como o pagamento de viagens de lideranças ao

exterior, principalmente para Moscou, impressão de panfletos e boletins. Segundo os interventores, a fuga de membros da diretoria deposta e de outras importantes lideranças da categoria era a maior prova de que essas pessoas estavam envolvidas em atos ilícitos.⁹ Os interventores procuravam ainda convencer os poucos sócios presentes numa assembleia ocorrida em outubro de 1964 da suposta gravidade da situação financeira do Sindicato. Na ocasião, o interventor Luiz Gonzaga Braga pediu aos trabalhadores uma contribuição de 5% do aumento a ser recebido no primeiro mês do acordo coletivo para ajudar a equilibrar as contas da entidade. De acordo com o registro da reunião, os trabalhadores presentes “manifestarem-se plenamente de acordo com a proposta apresentada”.¹⁰

Os dirigentes do Sindicato dos Plásticos, entidade que havia se separado dos Químicos na década de 1950, também sofreram com a repressão.¹¹ O presidente Miguel Pereira Lima teve de deixar o país em 1964, tendo sido preso 5 anos depois.¹² Em seu lugar assumiu o interventor do Ministério do Trabalho. O seu nome era José Augusto Júnior, e já havia integrado a diretoria como secretário, na década de 1950. Na primeira assembleia dos trabalhadores do ramo plástico realizada após o golpe, em 8 de novembro de 1964, o interventor advertiu os 117 associados presentes de que não toleraria nenhum assunto fora da ordem do dia. Daquele momento em diante, estava proibido falar em religião, ideologia política e muito menos poderiam os trabalhadores “atacar os poderes constituídos”.¹³

Da mesma forma, os acordos coletivos travados no Sindicato dos Químicos após a intervenção passaram a ser realizados a portas fechadas com os patrões. As assembleias esvaziaram-se e os associados procuravam o Sindicato apenas para fins assistenciais. Contudo, a posse dos interventores não se deu sem resistência da categoria. Eles encontraram dificuldades para conquistar a confiança dos trabalhadores. Estes últimos pressionavam a nova diretoria a negociar com os empregadores. Dois meses após o golpe, o PCB tentava se reorganizar e entender os “erros” supostamente cometidos pela própria direção. Em um documento apreendido pelo Deops, o Partido registrou que a classe operária havia repudiado o golpe e que as comemorações do Primeiro de Maio haviam sido um “verdadeiro fracasso e evidente manifestação de repúdio ao atual governo”.¹⁴

Pouco depois, em setembro de 1964, havia a suspeita de que o ex-diretor dos Químicos, Manoel Mantonhani, identificado como um “comunista em plena atividade”, estaria articulando uma chapa para concorrer às eleições no Sindicato. Para a polícia política, os comunistas estavam exercendo suas

atividades de forma subterrânea. Mantonhani, assim como outros militantes do Partido, teriam sido observados distribuindo manifestos que passavam de mão em mão clandestinamente. Os panfletos estariam circulando nos banheiros e portarias das fábricas e nas calçadas das sedes das entidades sindicais. Havia denúncias de que ele também estava fazendo campanha contra o governo de Castello Branco.¹⁵ Essas pequenas ações, mas nem por isso menos corajosas, tais como a circulação de panfletos, reuniões clandestinas, a participação nas manifestações do Primeiro de Maio e as tentativas de reocupação dos sindicatos indicam que muitos trabalhadores buscavam entender a nova conjuntura, encontrar meios de se reorganizarem e driblar a repressão instalada logo após o golpe.

A perseguição aos líderes e militantes do movimento sindical levou muitos deles a optarem pela fuga. Em março de 1965, o delegado-adjunto do Deops, Adipe Abmussi, pediu a prisão preventiva de oito dirigentes do Sindicato dos Químicos: Adelço de Almeida, tido como foragido, Floriano Dezen, José Ferreira da Silva, Gabriel Alves Viana, Antônio Pereira da Mata, Júlio Ávila, Fidelcino Queiróz dos Santos e Manoel Mantonhani.¹⁶

O presidente destituído do Sindicato, Adelço de Almeida, manteve-se na clandestinidade entre os anos de 1964 e 1967. Nesse período, ele contou ter tido participação na dissidência do PCB liderada por Carlos Marighella. No entanto, afirmou não ter tomado parte na luta armada, alegando o fato de ser na época uma pessoa bastante conhecida dentro e fora do movimento sindical, além de discordar dos diversos “rachas” ocorridos nas organizações de esquerda. Para Almeida, a sua entrada na luta armada poderia expor o grupo, uma vez que, se ele “caísse”, argumentou, “muita gente cairia também”. Além disso, havia conseguido permanecer 3 anos sem ser preso, considerou. Tomada essa decisão, Almeida passou a procurar trabalho, mas não conseguiu se empregar em nenhuma fábrica. Mesmo assim, encontrou outros meios para sobreviver, vendendo livros, por exemplo, na editora Brasiliense, fundada por Caio Prado Junior.¹⁷

Outros sindicalistas também passaram por grandes dificuldades para encontrar um novo trabalho. Antônio Pereira da Mata, dirigente dos Químicos, ao tentar retornar ao seu antigo emprego na Nitro Química foi rejeitado pela empregadora, mas conseguiu travar uma negociação e obteve uma indenização por demissão, tendo os seus direitos pagos e ainda uma carta de recomendação. Para ele, tais fatos só foram possíveis graças à sua trajetória de operário conhecido como “bom trabalhador”.¹⁸

O RETORNO DAS ELEIÇÕES SINDICAIS

Assim como na maioria das entidades sindicais que passaram por intervenção, a votação para a escolha da nova diretoria do Sindicato dos Químicos, após o governo Castello Branco ter permitido o retorno das eleições sindicais, não se deu sem tensões e disputas internas. Programada para ocorrer em setembro de 1965, duas chapas foram compostas. A chapa azul foi encabeçada por Antônio Cipriano da Silva e Reynaldo dos Santos (então interventor). Já a chapa verde trazia nomes ainda desconhecidos do movimento sindical. Eles haviam sido recrutados pelos membros da diretoria cassada. O objetivo era buscar nomes que não fossem registrados pela polícia e assim compor uma chapa de oposição aos interventores.

Waldomiro Macedo, operário da Nitro Química, era um desses nomes até então desconhecidos. De acordo com seu depoimento, ele teria sido recrutado por militantes do PCB em seu local de trabalho. As reuniões, assessoradas pelo Partido, eram realizadas de forma clandestina e em diferentes lugares, a fim de driblar a repressão.¹⁹ Para o desgosto das autoridades do Ministério do Trabalho e daqueles que queriam a manutenção da junta interventora, a chapa verde saiu-se vitoriosa. Para Macedo, que assumiu o cargo de tesoureiro da entidade, o triunfo obtido pela sua chapa ocorreu graças à forte rejeição dos trabalhadores aos interventores.²⁰

Como exemplo, Macedo narrou o que se passava no Departamento Jurídico do Sindicato durante a atuação da junta interventora. Segundo ele, naquele período, quando o trabalhador procurava a sede da entidade para abrir um processo, os advogados faziam muitas perguntas – de modo que o reclamante sentia dificuldade em levar o caso adiante –, bem diferente da época em que a entidade era dirigida pelos militantes do PCB. No início dos anos 1960, explicou Macedo, “o trabalhador chegava e logo era aberto um processo. A firma mandava embora, eles logo inventavam uma história e mandavam o pau. Já os interventores faziam uma triagem. Os trabalhadores diziam que eles estavam do outro lado”.

Para os investigadores do Deops, a chapa vitoriosa representava uma ameaça à “ordem” estabelecida pelos militares. Não apenas o Deops temia o retorno das lideranças comunistas e nacionalistas aos sindicatos. Durante os primeiros anos do governo Castello Branco, observadores e simpatizantes do regime, incluindo os adidos trabalhistas e as entidades sindicais norte-americanas, além do Ministério do Trabalho, mostravam-se preocupados em assegurar o afastamento desses dirigentes. Para isso, essas entidades, tais como o

Instituto Americano para o Desenvolvimento do Sindicalismo Livre (Iadesil) e o Instituto Cultural do Trabalho (ICT), investiam fortemente na formação de novos dirigentes, que deveriam estar comprometidos com o novo governo e com os valores do chamado “sindicalismo livre”, modelo promovido pelo sindicalismo norte-americano durante a Guerra Fria (Corrêa, 2013). Entretanto, Waldomiro Macedo, embora representasse naquele momento o perigo de um suposto retorno dos militantes comunistas à direção da entidade, manteve-se à frente do Sindicato durante a maior parte do regime ditatorial, conciliando os interesses patronais e do Estado e mantendo a categoria afastada da entidade.

Em um informe do Deops, datado de 19 de agosto de 1964, que teve como fonte os relatos de “colaboradores” não identificados, os policiais registraram as ações de “elementos ligados diretamente ao Partido Comunista” nas fábricas da capital e região do ABC de São Paulo. Na fábrica de brinquedos Trol S/A, localizada na Vila Anchieta, militantes comunistas teriam sido vistos em conversas com trabalhadores. O objetivo, alertava o informe, era “catequizar elementos inocentes que poderiam ser aproveitados por eles”. Em outra fábrica, também do ramo plástico, localizada no bairro de Santo Amaro, zona Sul da capital paulista, um informante delatou as ações de três militantes. Estes, enfatizou a fonte, “de tão ativos valem por dez”. Eram eles Adão José da Silva, Benedito Apolônio Fonseca e Anísio Volpe. Sobre o primeiro deles, foi dito que frequentava as reuniões secretas do Partido e se incumbia de transmitir as informações aos demais. Já a prova dos supostos “atos subversivos”, informaram aos policiais, encontravam-se nas mãos do interventor do Sindicato. Este tirava foto dos documentos e fornecia os negativos ao informante.²¹

Na empresa Atma Paulista, localizada no bairro da Lapa, zona Oeste de São Paulo, os investigadores do Deops receberam a notícia de que os militantes Raimundo Coelho dos Santos, João Ferreira das Neves e Osmar Miguel de Souza promoviam “agitação comunista” nas fábricas do setor químico e plástico, sob o comando do diretor deposto do Sindicato dos Plásticos, Miguel Pereira Lima. Este último foi acusado de pregar nas assembleias “aquilo que o Partido mandava”. De acordo com as delações, o dirigente estava foragido desde o dia 1º de abril, data do desfecho do golpe. Ele teria tido contato com sua família por diversas vezes, conforme o(a) delator(a) disse ter apurado em conversa com sua esposa. Esta teria recebido instrução para dizer que o marido estava preso, a fim de evitar que as pessoas o procurassem.

O Deops também deveria apurar a denúncia de que o trabalhador Paulo Benício de Oliveira estaria empenhado em “catequizar” os funcionários da

Indústrias Reunidas Balila, localizada no Brooklin, zona Sul de São Paulo. De acordo com o informe, ao que tudo indica feito por um funcionário do sindicato, o “elemento agitador” precisava tomar “uma lição de moral”, assim explicou o “colaborador” da polícia:

[Paulo Benício de Oliveira] É extremamente de esquerda e quando o interrogam ele convence que é de direita, mas na realidade é de esquerda. Quer acabar com o interventor do Sindicato e comigo também, está fazendo um movimento para nos tirar daqui e nas próximas eleições entrar na diretoria. Pretende depois que estiver aqui, chamar novamente os vermelhos para que cada um tome o seu posto.²²

A colaboração entre agentes do Deops e interventores/funcionários dos sindicatos mostrou-se bastante vantajosa para ambas as partes. Por um lado, os investigadores tinham acesso e controle aos movimentos dos sindicalistas, militantes e trabalhadores. Por outro, os interventores buscavam preservar suas posições recém-conquistadas nas entidades, utilizando-se de estratégias, como as delações, para impedir o retorno das antigas lideranças. Esse clima de delações contribuía fortemente para a disseminação do medo e de desconfiança mútua entre os operários e militantes de base dentro das fábricas, que temiam a perseguição política e a perda de seus empregos.

OS EFEITOS DA POLÍTICA TRABALHISTA NO RAMO QUÍMICO

Embora Castello Branco tivesse assegurado que a política trabalhista de seu governo seria inteiramente favorável aos direitos sociais dos trabalhadores, as suas ações rapidamente mostraram-se prejudiciais à classe trabalhadora. A fim de levar adiante o plano de desenvolvimento econômico – Programa de Ação Econômica do Governo (Paeg) –, foram estabelecidas três medidas para frear a inflação: o arrocho salarial, a intervenção nas decisões das negociações coletivas da Justiça do Trabalho e a repressão ao movimento sindical.

Na área do trabalho, a instauração do governo civil-militar impactou diretamente a atuação do Ministério do Trabalho e da Previdência Social (MTPS). No campo das negociações coletivas, a nova Lei de Greve nº 4.330, de 1º de junho de 1964, tratou de dificultar ao máximo o processo de legalização das paralisações. As greves de solidariedade e as consideradas de “natureza política, social ou religiosa” passaram a ser julgadas ilegais. As paralisações realizadas para requerer o pagamento de salários atrasados e melhorias no trabalho eram permitidas, mas o trâmite burocrático a ser cumprido pelos

sindicatos dificultava o seu reconhecimento nas cortes trabalhistas (Costa, 1997, p.136). Tais medidas faziam os movimentos reivindicatórios diminuir drasticamente.

No entanto, após o golpe, era comum os trabalhadores químicos e plásticos votarem a favor de greves, mesmo sabendo que elas não ocorreriam. É que com a Lei nº 4.725, de 13 de julho de 1965, que estabeleceu novas regras para o processamento de dissídios coletivos e cálculos complexos para definição dos reajustes, a ameaça de paralisação transformou-se em uma estratégia largamente utilizada pelos sindicatos de trabalhadores com a intenção de acelerar o trâmite judicial.

Para compensar as medidas de contenção dos salários, o governo Castello Branco anunciou algumas medidas que supostamente visavam beneficiar os trabalhadores, tais como a construção de conjuntos habitacionais financiados pelo Banco Nacional de Habitação (BNH) e o decreto que permitia a correção monetária das indenizações homologadas na Justiça do Trabalho. A implantação do sistema do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) em troca da estabilidade por tempo de serviço, no final de 1966, foi também anunciada como um benefício. No entanto, a perda da estabilidade representou um novo golpe aos trabalhadores. Interpretada por eles como uma conquista importante, a estabilidade adquirida após 10 anos de serviço na mesma empresa permitia que muitos empregados lutassem pelos seus direitos sem o risco da demissão. A desobrigação do empregador de manter o contrato do funcionário estável causou o aumento da rotatividade da mão de obra e limitou a militância operária.

Os trabalhadores químicos e plásticos, assim como as demais categorias, reagiram contra a perda da estabilidade. Nas assembleias dos Químicos, os associados pressionavam os dirigentes e sugeriam organizar um abaixo-assinado contra a perda desse direito.²³ Anos depois, um estudo feito pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), publicado em 1971, mostraria o impacto do FGTS na demissão de trabalhadores do ramo químico. Com base nas homologações do Sindicato, a pesquisa concluiu que o FGTS, a partir de 1967, provocou o aumento significativo das dispensas dos trabalhadores químicos, farmacêuticos e plásticos nos anos posteriores.

Entre 1968 e 1970, o número de demissões no setor cresceu 75%. O estudo também observou que 87% dos trabalhadores empregados no ano de 1969 possuíam menos de 10 anos de serviço, sendo que 68% do total apresentavam menos de 3 anos de trabalho na mesma empresa. Já no setor plástico, o número

de empregados estáveis era praticamente inexistente, enquanto a indústria do petróleo de São Paulo ainda abrigava o maior índice de trabalhadores estáveis, com 41%.²⁴ Nesse período, a oferta de empregos no setor químico, plástico e farmacêutico também diminuiu. Isso se deveu à maior automação industrial e também ao grande número de horas extras que os trabalhadores eram obrigados a fazer para complementar seus salários.²⁵

Os trabalhadores químicos também discutiam nas assembleias do Sindicato a política salarial do governo Castello Branco. A fim de conquistar o apoio dos associados, a diretoria reclamava dos decretos e leis regulamentados para impedir a ação organizada dos trabalhadores. Criticava também a política salarial e o modo como esta estava sendo conduzida pelo governo. Nas assembleias, eles diziam que o arrocho representava um “verdadeiro assombramento dos salários”.²⁶ Contudo, nas campanhas salariais, os dirigentes orientavam a categoria para que a demanda por reajustes seguisse os índices estipulados pelo Conselho Nacional de Política Salarial, coagindo os trabalhadores a aceitarem os acordos coletivos. Contrariados com os rumos das negociações conduzidas pela diretoria, os químicos acusavam os dados fornecidos pelos órgãos estatais de não corresponderem à realidade econômica. De fato, posteriormente, o ministro da Fazenda, Delfim Netto, admitiu a manipulação dos índices oficiais da inflação durante os anos de 1973 e 1974, fornecendo indícios de que essa prática pode ter sido utilizada pelo regime nos períodos anteriores (Almeida, 2011, p.133).

Em 1967, período em que o movimento dos trabalhadores voltava a se reorganizar, 1.365 sócios do Sindicato dos Químicos compareceram à entidade para eleger a nova diretoria. A chapa azul, encabeçada por Augusto Lopes, contava com o apoio do então presidente da entidade, Waldomiro Macedo, que também figurava como integrante da chapa, e obteve uma larga vitória com mais de 90% dos votos. Outros dirigentes da gestão anterior permaneceram na diretoria.²⁷ Pouco tempo depois, alguns sindicalistas recém-empossados envolveram-se em um escândalo de corrupção. Entre os envolvidos estavam Augusto Lopes, dos Químicos, e Alcir Nogueira, dirigente do Sindicato dos Trabalhadores Químicos de Santo André, além de outras lideranças de diferentes entidades. Eles foram acusados de ter recebido propina da organização sindical norte-americana Iadesil e da Federação Internacional dos Trabalhadores Químicos e Petroleiros. A acusação foi feita por Trajano José das Neves, presidente da Federação dos Químicos, um antigo dirigente do Sindicato dos Químicos de Santo André, conhecido por suas atitudes “pelegas”.

Embora o delito não tenha sido comprovado, a notícia se espalhou por todos os jornais, tendo sido o caso acompanhado diretamente pelo ministro do Trabalho, Jarbas Passarinho (1967-1969) (Corrêa, 2013, p.170). Augusto Lopes teve de dar explicações aos associados do Sindicato, alegando ter sido vítima de calúnia por parte de seus “inimigos sindicais”.²⁸ Ao que parece, tratava-se de uma disputa interna entre os dirigentes químicos da região do ABC e da cidade de São Paulo, que se digladiavam para alcançar cargos mais altos na estrutura sindical.

A investigação do caso de corrupção nos sindicatos paulistas ocorreu no período em que se iniciava uma nova fase na história do regime civil-militar brasileiro. O ano de 1968 ficou marcado para os trabalhadores não somente pela realização de uma série de eventos de resistência do movimento operário à política autoritária, mas também pela intensificação da repressão com a decretação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), de 13 de dezembro. Mesmo os dirigentes conhecidos como “pelegos” e apoiadores do regime passaram a criticar a política trabalhista do governo Costa e Silva e se juntaram ao Movimento Intersindical Antiarrocho (MIA). Tratava-se de uma tentativa de mobilizar os sindicatos e pressionar o governo a flexibilizar a política de contenção salarial. Em uma assembleia realizada no Sindicato dos Químicos em 5 de julho de 1968, o presidente Augusto Lopes falou aos trabalhadores presentes sobre a criação do MIA. Contou que o Movimento foi bastante criticado pelo governo federal e que havia sido organizado para “mostrar ao governo as falhas existentes na lei 4.725, denominada ‘lei do arrocho’, e com a continuação dessa lei e sem o direito de greve, nenhum trabalhador tem condições de viver”.²⁹

De acordo com Fernando Almeida, essas lideranças conservadoras viam no Movimento um instrumento de barganha em negociações com as autoridades (Almeida, 1982, p.22). As chapas oposicionistas – formadas por antigos dirigentes do PCB e do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), entidade sindical desmobilizada após o golpe, e também por novos militantes que dariam origem às oposições sindicais – tinham participação no MIA.³⁰ É provável que os dirigentes sindicais “pelegos”, ao buscarem estratégias para a manutenção de seus cargos, vissem nesses movimentos, tais como o MIA, uma oportunidade para se aproximar das bases e ao mesmo tempo travar relações com o Ministério do Trabalho e empregadores. Assim, tentavam fazer o jogo “duplo”, incitando os operários a lutarem por seus direitos, ao mesmo tempo em que frequentavam reuniões e encontros privados com representantes dos empregadores e integrantes do Ministério.

Com a forte repressão ao movimento sindical conduzida pelos governos de Castello Branco e Costa e Silva, os trabalhadores deixaram de frequentar os encontros nos sindicatos. Prisões periódicas, interrogatórios e as torturas, mais tarde, sistematizadas pelos agentes da repressão, intimidavam os operários. A primeira assembleia do Sindicato dos Químicos de São Paulo realizada após a decretação do AI-5 restringiu-se a discutir apenas o aumento da mensalidade dos associados.³¹ Em 1969, o Sindicato dos Químicos chegou a receber 14 trabalhadores em uma assembleia. Ainda assim, no mesmo ano, os químicos da Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo foram convocados para deliberar a deflagração da greve. Compareceram cerca de 150 empregados, número até expressivo se considerarmos o clima de repressão, mas insuficiente para completar o quórum definido pela Lei de Greve nº 4.330.³²

TRABALHADORES E LUTA ARMADA: VIRGÍLIO GOMES DA SILVA

Se os mundos do trabalho ainda têm sido pouco explorados pelos pesquisadores interessados em compreender o período da Ditadura Civil-Militar, pode-se dizer que menor atenção ainda foi dada à participação dos trabalhadores na luta armada e suas relações com os militantes oriundos de outros setores sociais.³³ Da mesma forma, esses estudos dão pouca importância às especificidades da militância sindical e operária e suas conexões com outros movimentos sociais. Quantos teriam participado de ações diretas contra o regime militar, sem, contudo, terem sido identificados na memória sobre o regime como militantes operários? Nesse sentido, a trajetória de Virgílio Gomes da Silva como trabalhador militante vinculado ao Sindicato dos Químicos no pré-1964 e perseguido pela Ditadura nos anos posteriores fornece indícios de como se davam essas relações.

Enquanto a maioria dos dirigentes restringia-se à rotina dos sindicatos e a classe trabalhadora buscava meios de sobreviver à exploração fabril à qual estava submetida, outras opções mais radicais de luta contra o regime autoritário também foram vivenciadas por alguns operários. Foi o caso de Virgílio, que hoje representa um dos símbolos mais importantes de luta e resistência da categoria química. Nascido no dia 15 de agosto de 1933, no Rio Grande do Norte, Virgílio foi mais um dos milhares de migrantes nordestinos que escolheram como destino a capital de São Paulo. Ainda moço, Virgílio passou por vários empregos até chegar ao Sindicato dos Químicos, onde trabalhou como escriturário na subsede de São Miguel (Pimenta; Teixeira, 2009).

Na entidade, Virgílio se politizou, passando a desenvolver sua militância. Participou de grandes greves ao longo da década de 1950 e início da seguinte. Com a deflagração do golpe, Virgílio teve de fugir, mas acabou sendo preso por suas atividades políticas e sindicais. Quando libertado, em outubro de 1964, exilou-se no Uruguai. No entanto, logo ele retornou ao Brasil com o objetivo de retomar a luta política. Entre os sindicalistas, era tido como um “grande lutador”, sendo admirado até mesmo pelos “pelegos” que ocuparam a diretoria do Sindicato após o golpe.³⁴

Pouco depois, Virgílio atendeu ao chamado do Agrupamento Comunista de São Paulo, criado por Marighella, que deu origem à Ação Libertadora Nacional (ALN). Em São Miguel, Virgílio liderou uma dissidência do PCB. Foi nesse momento que ele passou a utilizar o codinome “Jonas”, optando pela ação armada para combater a Ditadura. Sua escolha também implicava levar uma vida clandestina, longe da família, como a de muitos outros que optaram pela mesma luta. Virgílio foi um dos primeiros militantes da ALN enviados a Cuba para fazer treinamento militar, e lá permaneceu até julho de 1968. Entre as várias “expropriações” de que participou, Virgílio ficou mais conhecido pela maior e mais polêmica das ações armadas: o sequestro do embaixador dos Estados Unidos, Charles Burke Elbrick, em 1969.³⁵

No filme *O que é isso companheiro?*, dirigido por Bruno Barreto e baseado no livro escrito por Fernando Gabeira, o modo como Virgílio foi retratado indignou os seus companheiros e familiares, bem como especialistas sobre o tema.³⁶ Nele, Virgílio aparecia como um homem ignorante, autoritário e truculento com seus colegas. Como observou Marcelo Ridenti, para contrastar com o militante ingênuo, o jornalista revolucionário inspirado em Gabeira, criou-se o papel do “supervilão baseado no militante Jonas [Virgílio], que tem todos os defeitos dos bandidos russos dos filmes da época da Guerra Fria: calculista, insensível, traiçoeiro, ressentido com o mocinho...” (Reis Filho, 1997, p.28).

Virgílio foi capturado no dia 29 de setembro de 1969 por agentes da Operação Bandeirante (Oban), um centro de informações e investigações paramilitar montado pelo Exército brasileiro. Foi levado pela equipe do capitão Benoni de Arruda Albernaz à sede do DOI-Codi, outro órgão de repressão. Lá, Virgílio foi barbaramente torturado. Sua esposa e o irmão Francisco Gomes da Silva foram obrigados a testemunhar todas as sevícias cometidas contra ele. A violência foi tão grande que ele não resistiu após duas horas ininterruptas de torturas. Conforme relatou o documento encaminhado aos bispos do Brasil em 1973, o seu sangue foi visto como uma “glória dos torturadores” e exposto

aos demais presos políticos como uma das maiores realizações dos militares daquela unidade. Até hoje o seu corpo não foi encontrado. É possível que ele tenha sido enterrado clandestinamente no cemitério da Vila Formosa, na zona Leste da cidade de São Paulo (Sindicato..., 29 set. 2009).

Porém, como se sabe, Virgílio não foi o único trabalhador torturado e morto pelos órgãos de repressão da Ditadura. Alguns outros exemplos envolvem o caso de Olavo Hansen, operário químico no ABC e membro do Partido Operário Revolucionário Trotskista (PORT), que foi preso durante as comemorações do 1º de maio de 1970. Ele foi acusado de distribuir folhetos considerados “subversivos”. Faleceu de falência renal provocada pela ingestão de produto químico altamente tóxico, após ter sido submetido às intermináveis sessões de tortura (Pereira Neto, 2013). Aloísio Palhano, outro exemplo, era bancário e líder sindical de sua categoria. Foi cassado assim que os militares tomaram o poder. Passou a ser perseguido pelos órgãos da repressão. Exilou-se em Cuba, mas voltou ao Brasil em 1970 de forma clandestina, integrando a organização Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Há relatos de que ele foi preso em 1971, em São Paulo. Seu corpo encontra-se até hoje desaparecido.³⁷

Além deles, Joaquim Alencar de Seixas, que trabalhava na seção de mecânica da Varig quando foi preso com seu filho, Ivan Akselrud Seixas, na época com 16 anos. Joaquim foi assassinado em 1971, nas dependências do DOI-Codi. Em muitos relatos sobre mortos e desaparecidos pelo regime civil-militar, o nome de Joaquim Seixas não aparece identificado como trabalhador, mas apenas como militante da luta armada. Em 1964, ele era empregado da Petrobrás e militava no movimento sindical. Perseguido, Seixas teve por diversas vezes sua casa vigiada, assim como ocorreu com seus companheiros de luta. Foi demitido sem receber nenhuma indenização e enfrentou dificuldades para encontrar outro emprego, pois seu nome estava registrado nas famigeradas “listas negras”, criadas e divulgadas entre as empresas. Muitos trabalhadores passaram pela mesma situação.

“PELEGOS” E DEMANDAS TRABALHISTAS

Assim como outras entidades sindicais no campo e na cidade, ao longo da década de 1970, a diretoria dos Químicos buscava atrair os trabalhadores por meio do oferecimento de atividades assistenciais, como os consultórios médicos e odontológicos, as colônias de férias, bolsas de estudos e cursos de corte e costura. Outra forma de convencer os trabalhadores da importância do Sindicato era vincular a entidade à prestação de serviços públicos e burocráticos. No

entanto, o investimento no assistencialismo não era suficiente para ampliar o número de sindicalizados. Em 1970, período de forte expansão da indústria química e farmacêutica na região de São Paulo, o presidente do Sindicato dos Químicos, Waldomiro Macedo, convocou os 40 mil trabalhadores da categoria a participar das atividades da entidade. No entanto, apenas 7 mil deles eram associados.

Com a instalação de novas fábricas, a maior parte delas multinacionais, a categoria dos químicos e farmacêuticos aumentou consideravelmente. Mesmo assim, os trabalhadores participavam pouco da vida política no Sindicato. Waldomiro Macedo, portanto, decidia, com relativa autonomia, os destinos dos recursos extras, majoritariamente direcionados para a ampliação das atividades assistenciais da entidade. Além disso, a alta rotatividade no setor químico desestimulava os trabalhadores a se vincularem ao Sindicato.

Como os sindicatos estavam impedidos de reivindicar aumentos salariais fora do índice imposto pelo governo, as reclamações voltaram-se para as condições de trabalho. Em 1971, o Sindicato lançou uma campanha para conquistar o adicional de insalubridade, considerado um dos maiores problemas do setor químico devido à série de substâncias prejudiciais à saúde do trabalhador. O adicional de insalubridade era assegurado pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e variava de acordo com o grau de periculosidade da tarefa executada pelo trabalhador. O Sindicato incitava a categoria a procurar pela entidade a fim de denunciar as péssimas condições existentes nos locais de trabalho. A reclamação do direito ao adicional de insalubridade era uma demanda frequentemente encaminhada pelo Departamento Jurídico do Sindicato à Justiça do Trabalho. No entanto, o benefício poderia demorar anos e até mesmo uma década, como ocorreu com os empregados das Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo, que ficaram 10 anos aguardando o resultado da justiça trabalhista.³⁸

Outro direito que passou a ser pleiteado na década de 1970 foi o da estabilidade para as mulheres trabalhadoras gestantes. A categoria demandava que o benefício tivesse vigência a partir do momento em que fosse comunicada a gravidez ao empregador e até os 6 meses após o parto. Numa assembleia realizada em 13 de setembro de 1974, o advogado da entidade Almir Pazzianotto, posteriormente ministro do Trabalho (1985-1988) do governo de José Sarney, falou aos associados sobre a importância da mulher na vida sindical. Segundo ele, tal fato mostrava-se evidente pela quantidade de mulheres presentes naquele encontro. Para o advogado, as trabalhadoras não eram apenas um “elemento de adorno e embelezamento”, elas deveriam ter um papel ativo nos

trabalhos de organização da categoria.³⁹ Naquele período, as mulheres representavam mais da metade dos trabalhadores no ramo químico. Elas enfrentavam problemas de todos os tipos, tais como os salários mais baixos que os dos homens que faziam as mesmas funções, a escassez de creches para seus filhos e a falta de tempo para cuidar das atividades domésticas e do trabalho ao mesmo tempo. Por conta disso, a maior parte das trabalhadoras não conseguia participar das atividades sindicais.

Entre as diversas tarefas burocráticas e assistenciais, a entidade dos Químicos também se ocupava com os congressos sindicais, muitos deles realizados nas praias do litoral paulista. Os eventos eram atentamente acompanhados por agentes do Deops, que na maioria das vezes relatavam a calma e a tranquilidade com que transcorriam os encontros sindicais. Os dirigentes se ocupavam também da construção da nova sede para o Sindicato, inaugurada em 1977. Posteriormente, durante o processo de redemocratização do país, o mesmo local se tornaria palco de reuniões e encontros importantes para os movimentos sociais.

A FORMAÇÃO DA OPOSIÇÃO SINDICAL DOS QUÍMICOS

Inconformados com o regime ditatorial e com a exploração dos patrões, alguns ativistas decidiram participar da vida sindical, a fim de buscar maior representatividade nos conflitos com os empregadores e reocupar o espaço perdido na entidade desde 1964. Vinculados às Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica e aos diversos movimentos sociais que eclodiam na periferia paulistana na segunda metade dos anos 1970, esses militantes tinham uma visão crítica à tradição sindical do pré-1964. A sindicalização, assim como a participação ativa nas assembleias, foram as formas encontradas por eles para mostrar o seu descontentamento com a atuação da diretoria do Sindicato. Aos poucos, vozes dissonantes começaram a ser ouvidas nas assembleias. Em meados de 1978, é possível observar certas mudanças na relação entre os dirigentes e os associados. A partir desse período, observa-se que as assembleias deixaram de ser meros rituais burocráticos. Para Aloizio Mercadante, o ano de 1978 pode ser entendido como o momento em que a luta sindical “começou a renascer no Sindicato dos Químicos, graças à crescente participação dos trabalhadores e ao surgimento de um grupo de novos militantes que iriam formar a Oposição” (Mercadante, 1985).

Curiosamente, apesar das diferenças ideológicas e da rejeição à estrutura sindical, essa nova militância utilizou uma estratégia semelhante à do PCB do

pré-64, atuando “por dentro” do Sindicato para combater a diretoria “pelega” e fazendo da própria estrutura sindical um espaço de luta. Inspirados pela onda de greves organizadas no final dos anos 1970 pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo – liderado por Luiz Inácio da Silva, o Lula –, trabalhadores e trabalhadoras do ramo químico e farmacêutico passaram a se organizar dentro e fora da entidade. A militância era construída e organizada a partir das relações sociais constituídas nos bairros e no cotidiano dos trabalhadores fora das fábricas. Os comitês interfábricas, realizados na zona Sul de São Paulo, constituíram um exemplo desse tipo de articulação, identificando os operários combativos de categorias diversas. Nesse processo, a oposição sindical metalúrgica de São Paulo teve um papel decisivo, entre outros motivos, pelo fato de que muitas indústrias metalúrgicas estavam localizadas próximas às fábricas químicas. Essa proximidade geográfica viabilizava o intercâmbio intenso entre os trabalhadores organizados dos dois setores (Batistoni, 2010).

Waldomiro Macedo, sentindo a pressão dos jovens militantes que pouco a pouco vinham ganhando o apoio dos trabalhadores nas fábricas de diferentes regiões, buscava cooptar essas novas lideranças como uma estratégia para a manutenção do seu cargo. Com isso, a diretoria se viu obrigada a tomar algumas posições mais progressistas e a ceder espaço para a participação dessas vozes dissidentes. Sob o impacto da grande greve realizada pelos metalúrgicos na região do ABC e na capital, a diretoria dos Químicos passou a criticar a suposta apatia da categoria. Em uma assembleia realizada em 24 de outubro de 1978, Augusto Lopes declarou-se “surpreso com o pequeno número de associados presentes na reunião, justamente nesta fase em que os trabalhadores estão mais conscientes de seus direitos”. O dirigente exigiu melhores salários e citou como exemplo a luta dos trabalhadores do ABC. Na sequência, criticou a falta de liberdade sindical, posto que a legislação não permitia que a própria diretoria do sindicato fizesse uma proposta de paralisação, alegando depender da manifestação dos associados.⁴⁰

Ainda em 1978, a diretoria mudou completamente o seu posicionamento em relação à Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI), presidida por Ari Campista, um dos maiores “pelegos” da história do movimento sindical. Após décadas de aliança com a maior e mais poderosa entidade do país, o Sindicato passou a denunciar as ações colaboracionistas da entidade com o governo ditatorial.⁴¹ Ao incorporar determinadas pautas, criadas pelas oposições sindicais, a diretoria dos Químicos buscava manter o controle da entidade, buscando minimizar o papel das jovens lideranças que começavam a despontar. Ao usar repetidamente o pronome “nós”, a diretoria do Sindicato

pretendia reforçar o sentido de coletividade e união da entidade, tentando evitar qualquer dissidência e atrair os trabalhadores da Oposição. Nesse período, o jornal da entidade passou a publicar um conteúdo mais combativo em relação aos abusos patronais.

Em abril de 1979, o jornal *O Trabalhador Químico* não pôde ignorar o movimento grevista liderado por Lula, que eclodiu nas fábricas de todo o ABC. Na matéria intitulada “A força é grande com máquina parada”, que trazia a foto de Lula discursando aos trabalhadores, o Sindicato declarou apoio à greve e participou dos atos públicos de protesto contra a intervenção na entidade dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo.⁴² As assembleias passaram a ter caráter permanente com o objetivo de discutir as questões da categoria e do movimento sindical, deixando de cumprir apenas os procedimentos burocráticos como era anteriormente de praxe.

Durante o processo de distensão do regime civil-militar, a diretoria passou a encampar a maior parte das campanhas da luta dos trabalhadores. Essas demandas apresentavam-se vinculadas ao movimento de redemocratização do país. O Sindicato passou a apoiar, por exemplo, a luta pela anistia dos presos políticos. Nos anos seguintes, a Oposição dos Químicos continuaria a crescer. A cada ano, o grupo angariava um número maior de simpatizantes e aliados, vencendo timidamente pequenas disputas internas na entidade e se organizando nas fábricas até, finalmente, conseguir organizar uma chapa e derrotar Waldomiro Macedo em 1983.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da trajetória do Sindicato dos Químicos permitiu observar as ações dos sindicalistas perseguidos após a instauração do governo civil-militar e o processo de retorno das eleições sindicais em 1965. Nesse período, chama a atenção o esforço de reorganização empreendido pelos trabalhadores e militantes do PCB para reocupar as entidades sindicais nos primeiros anos do governo Castelo Branco. Para compreender esse processo, observou-se a importância das chamadas “pequenas tarefas”, como a entrega de folhetos ou a participação em uma reunião clandestina, por exemplo, considerando os riscos que esses militantes corriam ao lutarem contra o autoritarismo e a repressão policial. Quando os seus nomes passavam a fazer parte das “listas negras”, dificilmente eles teriam condições de exercer os seus ofícios. No entanto, para além das dificuldades financeiras, esses trabalhadores tinham de enfrentar os perigos da tortura e da morte, como ocorreu com Virgílio Gomes da Silva.

De toda forma, ainda precisamos saber quantos/as trabalhadores/as sofreram direta e indiretamente os desmandos do regime, e de que forma. Um balanço mais sistemático da relação entre as políticas econômicas da Ditadura e o autoritarismo dentro das empresas, bem como o crescimento exponencial do número de acidentes de trabalho e problemas de saúde, ainda está por ser feito. Nesse sentido, as publicações mais recentes, assim como os eventos organizados para debater os 50 anos após o golpe, deixam evidente a carência de análises que abordem a reação dos trabalhadores ao regime ditatorial, levando em consideração suas escolhas a partir das condições às quais eles estavam submetidos.

Com base nos relatórios da polícia política, entrevistas com dirigentes e documentação do Sindicato, observou-se também a reação dos trabalhadores à política econômica e trabalhista do governo de Castello Branco e sua rejeição aos interventores do Sindicato. Acredita-se que essas análises possam contribuir para desconstruir a ideia, comumente compartilhada entre diferentes grupos políticos, de que os trabalhadores não teriam reagido ao golpe civil-militar. Ao abordar os aspectos principais da política trabalhista iniciada pelo governo de Castello Branco, procurei analisar o impacto dessas mudanças na categoria química, mostrando como a implantação do FGTS provocou a demissão de milhares de trabalhadores do setor, além de viabilizar a alta rotatividade da mão de obra e o afastamento dos trabalhadores do movimento sindical. Tal processo acentuou-se ainda mais com as medidas de desenvolvimento econômico que culminaram no “milagre”, conhecido na memória amarga dos trabalhadores pela célebre frase de Delfim Neto, ministro da Fazenda do governo Médici (1969-1073), “fazer crescer o bolo para depois repartir”.

Por fim, observaram-se as ações do sindicato conduzidas pelos “pelegos” após o golpe e até o final da década de 1970, mostrando como se dava a relação dos associados com a entidade. Dessa forma, buscou-se diminuir o pouco conhecimento que temos em nossa historiografia do trabalho sobre o papel desses dirigentes, mostrando como eles estavam expostos às pressões vindas dos movimentos de base e dos trabalhadores insatisfeitos com os rumos da política econômica e social. A partir da segunda metade da década de 1970, a rotina tranquila e fortemente controlada pelo presidente da entidade, Waldomiro Macedo, começou a ser alterada pelas ações de jovens militantes e trabalhadores que decidiram estrategicamente se associar ao Sindicato e ocupar o aparelho burocrático para promover a organização da categoria. Nesse período de disputas internas dentro da entidade, que não necessariamente ocorriam em

forma de conflito aberto, percebe-se que a antiga diretoria tentou se apropriar do movimento como um meio de garantir a manutenção de seus cargos. Todavia, tal estratégia não impediu a Oposição de continuar lutando pela organização de uma chapa capaz de concorrer com a antiga diretoria. A vitória da Oposição em 1983 representou uma nova fase na história da entidade dos químicos paulistanos.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, Laís. *O resgate da dignidade: greve metalúrgica e subjetividade operária*. Campinas (SP): Ed. Unicamp, 2000.
- ALMEIDA, Fernando Lopes. *Política salarial, emprego e sindicalismo, 1964-1981*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1982.
- ALMEIDA, Gelsom Rozentino. *História de uma década quase perdida: PT, CUT, crise e democracia no Brasil 1979-1989*. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.
- BATISTONI, Maria Rosângela. *Confronto operário: a Oposição Sindical Metalúrgica nas greves e nas comissões de fábrica de São Paulo (1978-1980)*. São Paulo: Núcleo Piratininga de Comunicação, 2010.
- CORRÊA, Larissa Rosa. *“Disseram que voltei americanizado”: relações sindicais Brasil-Estados Unidos durante a Ditadura Civil-Militar Brasileira (1964-78)*. Tese (Doutorado em História Social) – IFCH, Unicamp. Campinas (SP), 2013.
- COSTA, Edmilson Silva. *A política salarial no Brasil, 1964-1985: 21 anos de arrocho salarial e acumulação predatória*. São Paulo: Boitempo, 1997.
- COSTA, Sérgio Amad. *Estado e controle sindical no Brasil*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1986.
- DA-RIN, Silvio. *Hércules 56: o sequestro do embaixador americano em 1969*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
- DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1981.
- FONTES, Paulo. *Trabalhadores e cidadãos: Nitro Química: a fábrica e as lutas operárias nos anos 50*. São Paulo: Annablume; Sindicato Químicos e Plásticos de São Paulo, 1997.
- _____. *Um Nordeste em São Paulo: trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista, 1945-66*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2008.
- GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas: a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. 2.ed. São Paulo: Ática, 1987.
- MARONI, Amnéris. *A estratégia da recusa: análise das greves de maio/78*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

- MERCADANTE, Aloizio. “Construindo um sindicato de luta – 50 anos de Sindicato – parte de uma história maior”, 1985. Manuscrito. (Arquivo pessoal da professora Heloísa de Souza Martins, do Departamento de História da USP, doado ao AEL/Unicamp).
- NEGRO, Antonio Luigi. *Linhas de montagem: o industrialismo nacional-desenvolvimentista e a sindicalização dos trabalhadores*. São Paulo: Boitempo; Fapesp, 2004.
- PEREIRA NETO, Murilo Leal. *Olavo Hansen*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- PIMENTA, Edileuza; TEIXEIRA, Edson. *Virgílio Gomes da Silva: de retirante a guerrilheiro*. São Paulo: Plena Editorial; Núcleo Memória, 2009.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- _____. (Org.) *Versões e ficções: o sequestro da história*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1997.
- _____.; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo, Unesp, 1993.
- RODRIGUES, Iram Jácome. Igreja e movimento operário nas origens do novo sindicalismo (1964-68). *História: Questões & Debates*, Curitiba: Universidade Federal do Paraná, n.29, p.25-58, 1998.
- _____. (Org.) *O novo sindicalismo: vinte anos depois*. Petrópolis (SP): Vozes; Educ; Unitrabalho, 1999.
- SINDICATO DOS QUÍMICOS DE SÃO PAULO. *Químicos de São Paulo: 80 anos de lutas e conquistas (1933-2013)*. São Paulo, 2013.
- SINDICATO DOS QUÍMICOS DE SÃO PAULO. *Virgílio Gomes da Silva – Direito à Memória e à Verdade*. São Paulo, 29 set. 2009.
- SINGER, Paul. *A crise do “milagre”*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- TROYANO, Annez Andraus. *Estado e sindicalismo*. São Paulo: Ed. Símbolo, 1978.
- WEFFORT, Francisco. Participação e conflito industrial: Contagem e Osasco, 1968. *Cadernos Cebrap*, São Paulo, v.5, 1972.

NOTAS

¹ Uma versão preliminar deste artigo encontra-se no livro comemorativo *Químicos de São Paulo: 80 anos de lutas e conquistas (1933-2013)*, 2013.

² Utilizo as expressões “golpe civil-militar” e “ditadura civil-militar” para enfatizar a participação de setores civis no processo de destituição do governo de João Goulart, bem como a atuação desses grupos nos ministérios e órgãos administrativos do regime. Neste sentido, sigo as reflexões apresentadas pelo clássico estudo de DREIFUSS (1981), considerando

também os debates historiográficos mais recentes fomentados pelos pesquisadores Daniel Aarão Reis, Carlos Fico, Samanta Quadrat e Denise Rolemberg, entre outros, embora acredite que esses conceitos ainda careçam de melhores definições.

³ Entre os pontos levantados na pauta de investigação do GT, estão: 1) levantamento dos sindicatos que sofreram invasão e intervenção no golpe e no período posterior; 2) investigação de quantos e quais dirigentes sindicais foram cassados/as pela ditadura; 3) quais e quantos dirigentes sindicais sofreram prisão imediata após o golpe; 4) levantamento da destruição do patrimônio documental e físico das entidades sindicais; 5) investigação sobre prisões, tortura e assassinatos de dirigentes e militantes sindicais urbanos e rurais; 6) vinculação das empresas com a repressão, entre outros. Ver: <http://trabalhadorestgcnv.org.br/>; Acesso em: 10 mar. 2014.

⁴ Um exemplo representativo da carência de análises sobre o movimento sindical e o papel dos trabalhadores nos estudos dedicados ao período da Ditadura Civil-Militar pode ser observado em livro recentemente organizado por REIS, RIDENTI e MOTTA (2014). O único artigo dedicado ao tema na coletânea trata do período do novo sindicalismo.

⁵ Nesse sentido, o trabalho de NEGRO (2004) é um dos poucos estudos que analisam as ações dos sindicatos e trabalhadores para além das greves de 1968 e 1978. Ver também: RODRIGUES, 1998.

⁶ Sobre o período do novo sindicalismo, constata-se uma extensa bibliografia. Ver: MARONI, 1982; ABRAMO, 2000; RODRIGUES, 1999.

⁷ Sobre a história do Sindicato dos Químicos e dos trabalhadores da categoria paulista, ver: TROYANO, 1978; FONTES, 1997; 2008.

⁸ Autos de Inquérito Policial de 4 abr. 1964, anexado no prontuário de Floriano Dezen nº 113.931. APESP, fundo Deops, série prontuários. Os dois parágrafos seguintes baseiam-se nessa mesma fonte.

⁹ Ata da Assembleia Geral realizada em 21 jun. 1964. Centro de Documentação e Memória do Sindicato dos Químicos de São Paulo, livro 4, de mar. 1960 a jul. 1970.

¹⁰ Ata da Assembleia Geral realizada em 2 out. 1964.

¹¹ As entidades dos Químicos e Plásticos foram unificadas novamente em 1994.

¹² Em 1964, Pereira Lima tinha 45 anos, era cearense, com instrução primária. Foi preso em 1969. Prontuário Miguel Pereira Lima nº 87.809. APESP, fundo Deops, série prontuários.

¹³ Ata da Assembleia Geral Extraordinária do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Material Plástico, 8 nov. 1964. Centro de Documentação e Memória do Sindicato dos Químicos de São Paulo, livro de atas de assembleias geral extraordinária de 8 nov. 1964 a 19 out. 1980.

¹⁴ “Documento do PCB”, de maio de 1964, nº 30-C-1-16484. APESP, fundo Deops, série dossiês.

¹⁵ Informe sobre Manuel Mantonhani, de 9 set. 1964, nº 30-C-1-16698. APESP, fundo Deops, série dossiês.

¹⁶ *O Estado de S. Paulo*, 11 mar. 1965, p.16.

¹⁷ Entrevista de Adelço de Almeida, concedida a Paulo Fontes e Hélio da Costa em 25 abr. 1994. Arquivo pessoal dos entrevistadores, fita nº 3 A.

¹⁸ Entrevista de Antônio Pereira da Mata, concedida a Paulo Fontes em 15 mar. 2000. Arquivo pessoal do entrevistador, fita nº 2 B.

¹⁹ Entrevista de Waldomiro Macedo, concedida a Paulo Fontes em 23 maio 2000. Arquivo pessoal do entrevistador, fita 1 B.

²⁰ *Idem*, fita 2 A.

²¹ Informe de 19 ago. 1964 sobre “elementos ligados ao PC nas fábricas”, nº 30-C-1-16.695. APESP, fundo Deops, série dossiês. Os próximos parágrafos se baseiam nessa mesma fonte.

²² *Idem*.

²³ Ata da Assembleia Geral Extraordinária do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Material Plástico, 20 fev. 1966. Centro de Documentação e Memória do Sindicato dos Químicos de São Paulo, livro 4 de atas de assembleias, de mar. 1960 a jul. 1970.

²⁴ Relatório de pesquisa do Dieese encaminhado à Federação dos Trabalhadores Químicos e arquivado pelo Deops, documento nº 50-B-259-227. APESP, fundo Deops, série dossiês.

²⁵ Contudo, pode-se dizer que o impacto das ações político-econômicas nas relações trabalhistas do ramo químico, provocado durante o período do chamado “milagre econômico”, foi similar ao ocorrido em outras categorias. SINGER, 1977.

²⁶ Ata Assembleia Geral Extraordinária do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Material Plástico, 9 out. 1966.

²⁷ Ata da Assembleia Geral Extraordinária do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Material Plástico, 10 set. 1967.

²⁸ Ata da Assembleia Geral Extraordinária do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Material Plástico, 19 jan. 1968.

²⁹ Ata da Assembleia Geral Extraordinária do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Material Plástico, 5 jul. 1968.

³⁰ Era o início da retomada do movimento sindical naquela região, que iria culminar nas greves de Osasco e Contagem, em Minas Gerais, e nas paralisações das automobilísticas do grande ABC. NEGRO, 2004, p.237-269. Ver também o estudo clássico de WEFFORT, 1972.

³¹ Ata da Assembleia Geral Extraordinária do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Material Plástico, 24 jan. 1969.

³² Ata da Assembleia Geral Extraordinária do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Material Plástico, 26 fev. 1969.

³³ Entre os estudos mais importantes sobre a luta armada, ver: REIS FILHO, 1990; RIDEN-
TI, 1993; GORENDER, 1987.

³⁴ Entrevista concedida por Waldomiro Macedo, cit.

³⁵ Sobre o sequestro do embaixador americano, ver: DA-RIN, 2007.

³⁶ Filme *O que é isso companheiro?*, lançado em 1997 e dirigido por Bruno Barreto, com roteiro baseado no livro homônimo de Fernando Gabeira, publicado em 1979. Última edição lançada pela Companhia das Letras, 2009.

³⁷ Dossiê Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil. Disponível em: www.desaparecidos-politicos.org.br/pessoa.php?id=49&m=3; Acesso em: 14 mar. 2014. Fonte também utilizada para o parágrafo seguinte.

³⁸ *O Trabalhador Químico*, n.27, abr. 1977, p.6.

³⁹ Ata da Assembleia Geral Extraordinária do Sindicato dos Trabalhadores Químicos, 13 set. 1974.

⁴⁰ Ata da Assembleia Geral Extraordinária do Sindicato dos Trabalhadores Químicos, 24 out. 1978.

⁴¹ *O Trabalhador Químico*, n.31, jul.-ago. 1978, p.9.

⁴² *O Trabalhador Químico*, n.34, abr. 1979, p.4.